

A REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DO SUJEITO INDÍGENA EM DIFERENTES CRÔNICAS: UMA EXPERIÊNCIA ANALÍTICA PARA O ENSINO DECOLONIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Silvia Adélia Henrique Guimarães (CAp/UERJ)

sguimaraes05@hotmail.com

Resumo: O artigo resulta de uma sequência didática com trabalho centrado no gênero textual/discursivo crônica, realizado pelo viés da referenciação. A abordagem analítica está fincada na Lei n. 10.639/2003 e seus desdobramentos, que garantem a inclusão dos estudos da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Assim, com estudantes do Fundamental II, trabalhamos crônicas com temática indígena escritas em contextos históricos e com autorias distintas. Para as atividades, selecionamos três crônicas: 1) “Os índios”, de Rubem Braga, datada de 1951; 2) “O índio, nosso irmão”, de Otto Lara Resende, datada de 1992; e 3) “Crônicas de São Paulo”, de Daniel Munduruku, edição datada de 2004. A sequência pautou-se na perspectiva do lugar de fala e do contexto histórico do cronista, defendendo que a relação dos sujeitos sociocognitivos com determinado tipo de contexto contribui para a homologação da recategorização do objeto de discurso (neste caso, o “índio”). As análises demonstraram que também cronistas famosos por seu viés politizado reiteravam a noção discriminatória, folclorizada e estigmatizada dos povos originários; e, por outro lado, que as estratégias referenciais do cronista indígena construíam uma representação oposta daquela historicamente popularizada. Ao abordar o gênero textual/discursivo “crônica” pelo viés das escolhas léxico-gramaticais como forma de demonstrar cristalização, ou quebra de representações racistas, o trabalho convergiu para reflexões que ratificam a necessidade de práticas pedagógicas que contemplem a leitura de autores representativos para as causas negras e indígenas, favorecendo, assim, uma mudança discursiva a favor do antirracismo. Portanto, a prática pedagógica pretendeu uma retroalimentação teoria-prática, encerrando um convite a empreendimentos didáticopedagógicos que abarquem a temática antirracista pelo viés da referenciação. Tal abordagem na educação básica tem relevância sócio-histórica, especialmente, em tempos políticos em que as vozes e as lutas sociais dos indígenas voltam a ser discursivamente desconstruídas pelos meios oficiais.

Palavras-chave: Crônica; Referenciação; Educação Antirracista; Decolonização; Povos Originários do Brasil.

INTRODUÇÃO

A perspectiva educacional que acolhe a seleção do tema abarca a Lei 11.645/2008, desdobramento da Lei n. 10.639/2003, que garante os estudos da(s) História(s) e Cultura(s) Afro-Brasileira e Indígena. Garantia esta que inclui a desnaturalização de discursos preconceituosos e folclorizados sobre estes grupos –

o que conclama nossa atuação para uma perspectiva decolonizadora nos estudos críticos do discurso.

Desta perspectiva, é basilar pensar a partir da interseccionalidade, pois a relação gênero-raça-classe está imbricada nos mais diferentes modos de operação dos jogos de poder. Assim sendo, *reexistir* pela via da educação linguística antirracista significa olhar para apenas um dos aspectos da relação linguagem-sociedade, que é muito mais complexa. Considero este, portanto, apenas um momento de análise, aquele que foi possível, no contexto específico de atuação.

Por falar em atuação, foram minhas práticas educacionais que me motivaram a abordar o racismo estrutural contra os sujeitos indígenas na materialidade da crônica. De um lado, os estudos efetivados pela perspectiva decolonial concentram-se num contexto/recorte/problema social específico, visando sua transformação. De outro lado, minha percepção de que as diferentes temáticas sociais resultam de/em problemas a serem tocado nas práticas linguageiras pedagógicas. Na transversalidade, minha compreensão de que a crônica é um gênero textual/discursivo que presentifica bastante das questões sociais ao mesmo tempo em que presentifica minha própria prática social. Portanto, pensar uma abordagem crítica a partir da materialização das representações ideológicas em crônicas sobre os quais os estudantes deverão se debruçar é uma forma, penso, de instrumentalizar esses estudantes para a crítica.

Para observar a forma como o preconceito está materializado nas crônicas, serviu como lupa o modelo analítico que reconhecesse a igual instrumentalidade de texto e co(n)texto na construção dos sentidos possíveis. Assim, além de observar a forma como os objetos de discurso (OD) eram (re)categorizados nas três crônicas selecionadas para as atividades, considere o contexto sociopolítico e histórico dos crônicas, o conhecimento compartilhado, e outras formas de co(n)textos como modos de atravessamentos que propiciavam a (re)significação dos OD observados.

Assim como trabalhei em outros gêneros textuais/discursivos na perspectiva da temática indigenista (GUIMARÃES, 2021, 2022), também neste trabalho, ponderei que, apesar de os textos assumirem forma, função, circulação, construção de linguagem e abordagem temática similares, tanto as autorias como os lugares sociais distintos que forjavam e faziam circular esses textos poderiam materializar formas discursivas distintas. Portanto, considerei eficaz repetir um modelo de análise comparativo que permitisse observar a relação indissociável entre materialidade

linguístico-textual e discurso. No caso específico do trabalho, tive como objetivo central colaborar com o estudante para perceber que, dentre as diferentes formas de se materializar o racismo no contexto brasileiro, inclui-se a forma como as plataformas de grande circulação (como os jornais) registram os assuntos cotidianos e como naturalizam, nessas representações de cotidiano, os indígenas.

Em respeito aos limites espaciais, e visando concentrar-me no modelo teórico-metodológico de análise, não detalharei a transposição didática praticada com os estudantes. Assim sendo, o texto está organizado da seguinte forma, após esta introdução: na primeira seção, resgatei, brevemente, algumas bases teóricas na relação texto-contexto; em seguida, registrei um recorte analítico sobre a representação dos indígenas em três diferentes crônicas. Por fim, na forma de considerações finais, sumariizei e sugeri encaminhamentos para a discussão, apenas seminal, visto sua complexidade.

ESTUDOS DO TEXTO E DECOLONIZAÇÃO – RELAÇÕES POSSÍVEIS

Se a marca registrada do desenvolvimento das nações colonizadoras (pautado no acúmulo de bens gerador da sua modernização) foi a exploração e a racialização de outras nações, há que se compreender que ‘a interdependência entre colonialidade e modernidade favorece não só um melhor entendimento do passado, mas também do presente, pois permite enxergar como o passado colonial chega aos nossos dias’ (RESENDE, 2021, p. 3). Compreender essa interdependência colonialidade-modernidade contribui, conseqüentemente, para compreender que as relações sociais atuais são fruto, mas também reprodução dos *saberes, fazeres e dizeres* do pensamento colonizador.

Desta forma, compreendo que educar na perspectiva decolonial significa, desde a base, educar com a consciência de que não houve, ainda, um processo de decolonização (PARDO, 2019; DIJK, 2022). Por isso, considero necessário pensar nosso (meu) lugar como docente que age por meio do texto-discurso, junto a jovens estudantes inseridos em contextos de subalternidade.

Ao refletir sobre o (nosso) falar, o (nosso) agir e o (nosso) lugar, Gersiney Santos (2022) reforça a noção dos estudos críticos de que nossas intervenções na luta contra a subalternização precisam operar por meio da vida em sociedade, para fora da bolha do *Lattes*. Em suas palavras,

É teoria mais prática em estratégia o que mais precisamos, pois enquanto a universidade (leia-se, as pessoas que dela são parte e que influenciam mudanças quaisquer) não fizer um acordo pragmático de políticas práticas de conexão honesta com o social, estaremos na dicotomia pouco produtiva do “nós” *versus* “eles”. (SANTOS, 2022, p. 14).

No contexto deste trabalho, pensar pela perspectiva decolonial no entrelaçamento com a Linguística Textual é uma forma de atuar pelas vivências sociais e pela teoria. De um lado, a LT representa a própria manifestação da minha relação com os estudantes, em sala de aula, tendo em vista que é por meio dela que cumpro meu papel docente agenciado pelos documentos legais e paramétricos. No aspecto teórico, a LT representa possibilidade de praticar interdisciplinaridade, podendo, portanto, instrumentalizar as reflexões ora propostas, na perspectiva da educação linguística para o antirracismo. Isso porque

[c]onceitos como genocídios étnico-raciais, relações de poder, desigualdade social e pobreza extrema, para citar alguns, precisam ser trabalhados estrategicamente, de forma, ponhamos, acessibilizada; ademais, defendo como urgente a conexão dos estudos críticos do discurso a diversas áreas do conhecimento, na atenção especial a como textos (mais especificamente os gêneros discursivos) são operacionalizados como instrumentos de poder. (SANTOS, 2022, p. 16)

A base interdisciplinar é possível, porque a LT compreende a língua(gem) pela perspectiva sociocognitiva e interacional, assumindo o texto, portanto, em sua complexidade processual, e não mais como um produto acabado e dado ao leitor para ser decifrado. Tal perspectiva deságua no redirecionamento da própria noção de texto, que passa a ser observado em relação indissociável texto-discurso nos estudos que ampliam suas potencialidades descritivas. Trata-se de estudos que assumem o texto em seus aspectos verbais, mas também multilinguajeiros, intertextuais e contextuais (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010).

Essa perspectiva dialógica da linguagem é assumida, também, nos estudos da referenciação, que defende o referente ou objeto de discurso (OD) como uma manifestação discursiva, caracterizado por sua imanente instabilidade, estabilizado. O OD é, portanto, estabilizado, apenas momentaneamente, na forma de “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (MONDADA; DUBOIS 2003, p. 20).

Observar a co/des/re/construção do OD em sua imanência discursiva, na materialidade do texto em relação texto-co(n)texto resulta poder perceber como os discursos representam formas de reprodução ou de reformulação de saberes coloniais. Nesse sentido, observar a instauração e retomadas do OD pela recategorização emerge como ferramenta de análise, mas também de descristalização de saberes/poderes.

Trata-se, sinalizo, de uma teoria redimensionada da categorização, conforme abstraído de diferentes estudos (CIULLA, 2008; CUSTODIO FILHO, 2012; LIMA, CAVALCANTE, 2015; CAVALCANTE; SANTOS, 2012; CAVALCANTE; BRITO, 2016), que entendem que a *recategorização*

- caracteriza-se por uma imanente instabilidade, assim como o OD;
- não se materializa exclusivamente pela remissão por meio de expressões referenciais;
- não se limita às representações verbais;
- é assumida pela perspectiva de integração texto-discurso;
- pode ser efetivada por elementos presentes no entorno discursivo¹.

Desta perspectiva linguístico-cognitiva, diferentes fontes estão autorizadas a efetivar a recategorização, dentre elas, a predicação. Embora, por muito tempo, os estudos da referenciação tenham assumido a relação direta entre expressões nominais e a recategorização, os trabalhos iniciais sobre a recategorização já propunham a noção de *recategorização* não apenas por meio uma expressão referencial renomeadora, efetivada pela operação lexical, mas, também, pela predicação que lhe é conferida (APOTHÉLOZ E REICHLER-BÉGUELIN, 1995).

Ademais, esta forma de compreender recategorização autoriza assumir que aspectos semânticos co(n)textuais podem ressignificar, em nível discursivo, elementos gramaticalmente definidos como vazios de sentido (como pronome e elipse) (GUIMARÃES, 2018). Além disso, considerar texto-contexto em relação simbiótica (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010), redundante em poder assumir elementos contextuais como possíveis forjadores de recategorização.

¹ Da perspectiva de Ciulla e Silva (2008), “entorno discursivo” abarca todas as pistas encontradas ao redor do referente que possam contribuir, ainda que indiretamente, para a construção de seu sentido.

Essa forma de recategorizar por meio da relação texto-contexto pode ser vista a partir da discussão de Alves Filho (2010), quando defende que os lugares sociais dos coenunciadores precisa ser considerado, no contexto de interação, para que um empreendimento linguajeiro seja compreendido como efetivamente dialógico nos termos bakhtinianos. Ainda segundo o pesquisador, o lugar social de cada sujeito, interagindo por meio da intersubjetividade, pode conduzi-lo a assumir sentidos distintos para um mesmo “objeto de mundo”.²

Compreendo que olhar pela recategorização não se limita em observar a seleção lexical, mas juntamente a isso, precisam ser estudadas as especificidades semânticas atribuídas ao léxico, ou resgatadas por meio dele, num dado contexto. Trata-se de um ponto importante que redundará na compreensão de ironia, de saberes enciclopédicos, de lugar de fala, de relações sociais e culturais, por exemplo. Essa construção é complexa e se amplia para as diferentes recategorizações possíveis, a depender, também, dos grupos sociais que empreendem a interação, ou mesmo das causas e dos tempos sociais em que eles, grupos e causas, se situam (BRONCKART, 2012).

Tal compreensão desagua na noção de contexto que situa o trabalho: aquela descrita em Van Dijk (2012). Para o teórico, a repetição (sistemática) de certo modelo de experiências que são vivenciadas a partir de determinado lugar resulta em um “modelo de contexto” – o qual é revelado na/pela língua.

O modelo de contexto defendido em Van Dijk (2012) abarca experiências de todos os níveis possíveis de serem materializados na/pela linguagem: psicológicas, cognitivas, relacionais, etc. Ainda para ele, como tais experiências não são exclusivas de um determinado grupo, podem ser consideradas categorias compartilhadas, que atravessam e são atravessadas por uma base cultural que englobará papéis sociais, propósitos comunicativos, conhecimento compartilhado, marcação temporal sócio-político-cultural e ações também específicos.

Para uma proposta de discussão baseada na abordagem decolonial, considero necessário relacionar a teoria dos modelos de contextos ao contexto do artigo. No contexto brasileiro, o modelo de contexto perpassa o grupo social pela forma como a própria noção de *racismo* foi discursivamente construída no Brasil

² No exemplo apresentado pelo pesquisador, o objeto de mundo “residência” é referenciado de formas distintas em um diálogo entre dois sujeitos pertencentes a contextos sociais distintos – patrão e empregada doméstica, resultando nos referentes *casinha* e *palacete* (ALVES FILHO, 2010).

(VAN DIJK, 2021). Portanto, empreender enfrentamento ao colonialismo moderno pelas reconstruções discursivas significa uma necessária criticidade desde a seleção de textos a serem estudados com os alunos, de forma que estes conheçam modelos de contextos antirracistas. Compreendo esta como ferramenta que pode colaborar para o início de uma educação para a alteridade, que reconheça o protagonismo dos indígenas não somente para a construção do passado, mas para a reconstrução do presente como agentes na/da sociedade brasileira (MUNDURUKU, 2012).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A perspectiva epistemológica que orienta o trabalho é a qualitativa. Assumida pela perspectiva dos estudos críticos, a abordagem assume-se como situada, localizando o pesquisador na realidade interpretada, mas também, possibilitando outras leituras e interpretações a respeito dessa realidade. Esta pluralização é tida como positiva (não positivista!), na virada epistemológica dos estudos da metodologia da pesquisa científica, pois pauta-se na desconstrução da univocidade científica e da supremacia de uma voz que imputa verdades a respeito de uma realidade. Por outro lado, isto não significa desprezo ao rigor e ao método. O que isto significa é uma refocalização dos sentidos atribuídos aos dados; uma compreensão de que certos contextos podem alterar resultados; e que resultados específicos não deveriam ser imputados a um todo generalizado (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Esta introdução serve para mostrar que o artigo nasce de uma experiência pedagógica. Não nasce de uma inspiração teórica, ou de uma observação deslocada: nasce de uma prática social. O contexto deste artigo se constrói a partir do isolamento social de 2020, que redundou em aulas remotas junto a estudantes do 8º ano, moradores de uma periferia carioca. À época, realizei experimentos pedagógicos, a partir das limitações impostas pelas dificuldades socioeconômicas vivenciadas pelos estudantes. O que decidi (na prática da literal necessidade de sobrevivência), na base das ações, foi trabalhar a partir de sequências didáticas com imersões em gêneros textuais/discursivos baseados na educação linguística para o antirracismo (GUIMARÃES, 2021).

Ao abordar o gênero textual/discursivo crônica, subverti aspectos teóricos, adaptei proposições metodológicas e sobrevivi/sobrevivemos. Contudo, a

experiência marcou minhas conexões e convicções, de modo que considerei relevante, a partir dali, voltar aos dados com olhar ressignificado, sistematizar algumas leituras analíticas e dialogar com meus pares a partir da noção de reexistência (RESENDE, 2022).

Por este objetivo específico de dialogar com os pares a partir da observação da materialidade do texto, empreendo, no artigo, apenas, um recorte analítico de base linguística – pois seria contrário à base dialógica aqui defendida desconsiderar a integralidade do gênero textual/discursivo ao praticar esta análise em contexto de sala de aula. Ademais, pelo objetivo central de observar como ocorrem as representações dos indígenas em crônicas, e por localizar pouquíssimas crônicas que abordassem a temática, não procedi à distinção categoriais do gênero (ou os tipos de crônicas existentes), tampouco, concentrei-me na abordagem conceitual dos gêneros textuais/discursivos. Assim, no artigo, são apresentadas, especificamente, as retomadas do OD índio e algumas poucas abordagens co(n)textuais - o que marca o caráter apenas indicial da análise e das discussões que a partir daqui empreendo.

O OD *INDIO* EM TRÊS CRÔNICAS: UM BREVE RECORTE ANALÍTICO

Pelo fato de a crônica constituir-se como um gênero circundado pela opinião do autor, o contexto biográfico do cronista, especialmente, marca as representações ideológicas inscritas nas crônicas, estas, vistas na materialidade do texto. Desta forma, considero importante refletir não apenas no contexto de produção mais amplo, o sócio histórico, mas também no modelo de contexto, conforme o defendido em Van Dijk (2012): aquele marcado pela forma como o sujeito-intersubjetivo, pelas representações discursivas do seu próprio lugar comunitário, constrói representações específicas sobre um determinado contexto.

Dessa perspectiva, considerei nas análises que o entorno discursivo, a predicação, o carregamento semântico das escolhas lexicais cooperava para uma efetivação específica da recategorização no contexto de cada crônica. Isso posto, tecerei, a seguir, alguns breves destaques.

A crônica e a representatividade de um contexto político-social

A primeira crônica aqui analisada foi escrita por Rubem Braga. Considerado o maior cronista do século XX, o cronista escreveu cerca de quinze mil crônicas, superando o número de crônicas conhecidas de Machado de Assis (que, além de importantíssimo escritor de outros gêneros, 614 crônicas publicadas). Não apenas a visibilidade que Rubem Braga proporcionou ao gênero, até então relegado no campo literário, mas a escrita do autor conferiu ao gênero um *status* distinto: o estilo que Rubem Braga imprimiu na crônica, a forma mais leve, lírica e poética, fê-la diferir-se da crônica então produzida à época, aquela marcada pela construção linguística mais objetiva, constituída por referências históricas, e que lembrava a perspectiva jornalística (COUTINHO, 2007).

Contudo, não foi a importância histórica de Rubem Braga como cronista que orientou a seleção desta crônica, mas a menção à palavra *índio*, conforme *passaremos a ver a seguir*.

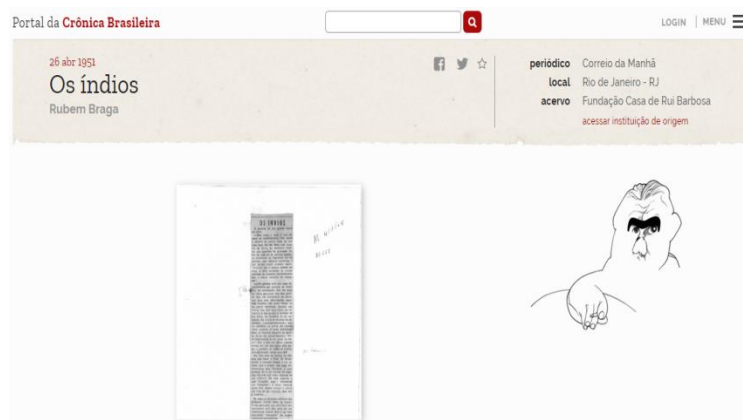


Imagem 1 - Cópia da crônica Publicada em 26/04/1951 - Disponível em: [Os índios | Crônicas | Portal da Crônica Brasileira \(cronicabrasileira.org.br\)](https://cronicabrasileira.org.br)

Apesar de a crônica *Os índios*, de Rubem Braga debruçar-se sobre o tema *sonegação*, a imagem do índio, por meio da metáfora, reforça a forma como o indígena é representado pelo contexto social da época – e, ainda, atualmente, o que se deve à importância do cronista para o gênero textual/discursivo crônica.

Cumprindo o propósito comunicativo da crônica de abordar um assunto conhecido e de algum modo relevante (ou não – o que é apontado pelo *nada para fazer*, tema bastante recorrente nas crônicas, conforme aponta Pereira, 2022), Rubem Alves constrói, no texto, uma crítica aos impostos cobrados no Brasil,

especificamente no contexto da sonegação de impostos, comum entre os mais ricos. Há, na crônica, uma crítica à divisão de classes, às injustiças sociais afloradas no contexto histórico brasileiro do início dos anos 1950, o que permite que a leitura global da crônica seja realizada de uma perspectiva crítica, provocando sentidos de resistência e, ainda, podendo ser atualizada para o contexto social brasileiro contemporâneo, inclusive o educacional.

A questão que se coloca, entretanto – a mesma questão que toca a reprodução das representações ideológicas nas disputas de poder – é a cristalização de certas representações. No caso específico da crônica, tem-se um título que instaura o OD índio que é recategorizado ao longo da crônica. Se, inicialmente, o objeto instaurado pode provocar expectativa de leitura a respeito dos povos originários do Brasil, ao longo da crônica, lê-se, como tema central, a desigualdade social, especificada pela referência a sonegadores de impostos *versus* pagadores de impostos: a classe rica *versus* a classe pobre. Para construir a representação discursiva dos pagadores de impostos, a palavra *índio* é selecionada duas vezes como metáfora daqueles que são explorados, que trabalham, que não têm recursos. É, pois selecionada de forma conotativa, mas pejorativa, como na primeira retomada do OD, após sua instauração no título: Pois é! Hoje eu saí de madrugada. Às nove e meia eu já estva na rua: só tem índio.

Em só tem índio, o OD *índio* emerge para recategorizar o trabalhador que paga imposto. A retomada, portanto, leva a recategorizar o OD instaurado no título, e a ressignificar aquele como o sujeito trabalhador a partir da representação social que a palavra índio carrega a respeito dos povos originários do Brasil.

Na segunda seleção que Rubem Braga faz do OD *índio*, a palavra emerge como representação, novamente, do trabalhador que trabalha de sol a sol, assumindo a representação identitária de explorados, de *bugres*, então – e ainda hoje – reconhecida, pela perspectiva pós-colonialista, a respeito dos indígenas (Trabalha de sol a sol: é índio).

Incomoda, ao final de um empreendimento analítico, mesmo brevíssimo, como este, apontar cristalização ideológica colonial em um texto daquele que é tido como um dos maiores cronistas brasileiros e considerado por sua complexidade e profundidade. Contudo, este é o ponto que devemos enfrentar, mesmo no incômodo, e sobre o qual já dizia Fairclough, a respeito das operações discursivas: é, exatamente, pelo caminho da naturalização, despida, portanto, da conscientização

linguístico-discursiva, que se engendra o poder opressor. É pelo consenso, pelo consentimento, pela repetição que se gera hegemonia e, por isso, se naturaliza a reprodução dessa hegemonia – que defende, sempre, nas culturas pós-coloniais, os interesses dos grupos dominantes (FAIRCLOUGH, 2003; THOMPSON, 2009).

A crônica e a representatividade de um contexto sociocultural

A segunda crônica abordada foi escrita por Otto Lara Resende, durante a Rio Eco-92. Nela, o cronista abordou a temática indígena pela perspectiva da ecologia, em voga em seu contexto de escrita. Se, de um lado, à época de produção desta crônica, o gênero já estava consolidado, e o viés político do contexto brasileiro já possibilitava a publicação de textos assumidamente político-sociais como resposta à já retomada democracia, por outro lado, o modo como ocorre a (re)construção do OD índio na crônica reforça e reproduz a visão ainda preconceituosa, folclorizada e caricaturada dos sujeitos indígenas. Se, de uma mão, há, na crônica, uma crítica à situação social em emergência, de outra mão; há, na escolha da léxico-gramática, reprodução de representações ideológicas semelhantes às de cerca de quarenta anos antes, como a vista na primeira crônica – mesmo em pleno contexto de abordagem social de visibilidade à temática.



Imagem 2: Cópia da crônica publicada em: 05/06/1992 – Folha de São Paulo, disponível em: [O índio, nosso irmão | Crônicas | Portal da Crônica Brasileira \(cronicabrasileira.org.br\)](https://www.cronicabrasileira.org.br)

Na crônica de Otto Lara Resende, as retomadas, vistas pela anáfora direta, não possibilitariam perceber as recategorizações cognitivas do OD e, com isso, destacar as representações discursivas a respeito dos povos indígenas. Entretanto, se vistas pela perspectiva da recategorização cognitiva, observada pela via da predicação, o OD *índio* pode ser recarregado de valores bastante específicos no contexto da crônica. No título, o OD é instaurado e, em seguida, por meio do sintagma nominal (SN) nosso irmão, passa a receber o valor de identificação. Contudo, esse valor identitário parece ser desafiado com a mudança de perspectiva enunciativa: por meio da recategorização via expressão nominal com substituição (*um brasileiro autóctone*), a americana provoca um sentido outro de representatividade desse índio – mais próximo à noção de morador originário.

Por outro lado, as pistas cotextuais sugerem que não é a expressão nominal recategorizadora, *per se*, mas o próprio contexto discursivo que propulsiona a condução tópica e as demais recategorizações realizadas pelo cronista: contrariando a expectativa inicial gerada pela ideia de proximidade (nosso irmão), ele não pode responder à pergunta da turista, exatamente, por não ter contato com um indígena. A partir daí, o OD passa a relacionar-se às predicações atreladas a valores de mundo, por representações ideológicas que tiram do OD a noção de irmandade e o colocam na relação a) com a ignorância (não soube dizer [quantos índios havia no Brasil]); b) com a falta de integração com a causa (ecologia não estava na moda); c) com o distanciamento ([índios] não tinha dado ainda o ar de sua graça); d) com o apagamento da história de opressão que impediu propagação de voz (E um grande número de índios não tinha dado ainda o ar de sua graça); e) com o conhecimento de mundo baseado no colonialismo preconceituoso (Uns xavantes atirando flechas no avião); f) com a massificação das identidades e das culturas indígenas (Onde nasci, só vi índio no cinema. E cinema americano).

A única recategorização realizada por expressão nominal com substituição ocorre para especificar a etnia indígena que cometeu uma ação passível de se transformar – como o foi – em piada (Uns xavantes atirando flechas no avião).

Ao encerrar suas reflexões, o cronista parece sacramentar o distanciamento nós/eles, na forma da expressão nominal índios autênticos, confirmada pelo pronome elidido (eles), em eles são índios autênticos. Neste encerramento do diálogo, também a turista americana evidencia a representação que constrói do sujeito indígena, por meio de estão cobrando para tirar retrato. A relação sugere a

construção historicamente construída do indígena como alguém esperto, que quer ganhar sem ter trabalho, o que reforça a ideia de preguiçoso, construída para subtrair o lugar da resistência dos povos indígenas à escravização.

Interessa notar que o cronista tinha por marca o fato de entrelaçar abordagem memorialista e fatos históricos atinentes ao contexto político brasileiro, mencionando em suas crônicas a relação passado-presente, e inscrevendo em seus textos as pessoas públicas que ele conheceu (HIRATA, LIMA, 2020). Contudo, a crônica repete padrões linguísticos reforçados na história pós-colonial, os quais mantêm estigmas a respeito dos sujeitos indígenas, embora de modo bastante sutil. Em outras palavras, se o humor critica, os padrões linguísticos que carregam valores preconceituosos cristalizam, o que leva, novamente, à necessária reflexão sobre como os textos que selecionamos para que os estudantes desenvolvam competência discursiva, conforme defendido pelas leis e diretrizes, servem para a manutenção do racismo estrutural e estruturante no contexto brasileiro.

A crônica e a representatividade contra hegemônica do lugar de fala

A terceira crônica observada marca outro lugar histórico: anos dois mil. Contudo, mais do que isso, marca outro lugar de fala: desta vez, a crônica que recategoriza o OD índio foi escrita por um indígena: Daniel Munduruku. Indígena da Nação Munduruku e doutor em educação, o cronista é filósofo e escritor indígena, além de atuar como diretor presidente do Instituto UKA - Casa dos Saberes Ancestrais.

O contexto da crônica de Munduruku é a passagem do cronista por Jabaquara, nome de origem tupi, o lugar lembra saudades. A partir disso, o cronista inicia reflexões sobre o passado. Neste ponto, o escritor indigenista conta como os livros abordam a escravização dos africanos. Em movimento progressivo, o cronista chega à sua própria visão sobre essa escravização, mencionando o sofrimento imputado, as resistências efetivadas e efetivando uma relação de irmandade com os africanos, referidos pelo cronista indígena por meio de seleção linguístico-discursiva

respeitosa, pela perspectiva da empatia e do acolhimento – o que se materializa em expressões nominais como nossos irmãos³.

CRÔNICAS DE SÃO PAULO: UM OLHAR INDÍGENA (PORTUGUESE...)

Essa coisa de escravidão sempre me deixou meio confuso. Não acho que as pessoas tenham que ser escravas umas das outras. Sempre achei que cada um deve dar conta do seu trabalho sem precisar ser dono de outras pessoas.

Lembro que meus professores de História reforçavam que os índios foram, num primeiro momento, utilizados pelos portugueses para carregar a madeira do pau-brasil para os grandes navios, o que considero a primeira grande biopirataria de nossa história. Em troca ganhavam contas de vidros, colares, espelhos e outras bugigangas com as quais faziam festa. Imagino que era grande o contentamento deles por aqueles agrados, tão novos e bizarros.

Os professores continuavam a história dizendo que, com o passar dos anos, os indígenas não se acostumaram com o trabalho e começaram a ser forçados a exercer uma função que não estava escrita em seus códigos sociais. Isso lhes valeu o rótulo de preguiçosos, incapazes, inúteis, entre outros títulos.

Pos. 163 de 432

33%

Imagem 3: Trecho da crônica, copiado do e-book

Esse contexto de construção da crônica, a perspectiva memorialista de coletividade, coloca a crônica num lugar distinto das duas primeiras. Nesta, muito embora o cronista não coloque, inicialmente, o OD índio em relação de primeira pessoa, como ocorreu na crônica de Rubem Braga, a relação com o entorno discursivo potencializa essa compreensão de coletividade e de pertencimento, conforme ocorre a progressão textual.

Na especificidade do OD índio, tem-se que, ao abordar a perspectiva do que se aprende na escola a respeito da história, o escritor da aldeia Munduruku instaura o OD na perspectiva social e amplamente conhecida e estigmatizada. Contudo, as retomadas do OD efetivadas na crônica parecem acompanhar a própria noção de desenvolvimento da história, sendo esta, entretanto, acrescentada da visão de mundo do próprio cronista, em que as retomadas acompanham o desenvolvimento dos argumentos e servem a essa argumentatividade subjacente à narrativa.

³ Para a especificidade do presente artigo, o que trago para uma amostra analítica é um recorte a partir do OD índio; contudo, trata-se de uma crônica com grande potencial para estudos discursivos, especialmente, no que tange a construção linguístico-discursiva sobre escravização dos africanos.

Como sabido, a crônica baseia-se na subjetividade do cronista. Neste contexto específico, Daniel Munduruku realiza a retomada do OD pela via da substituição, registrando igualmente sua peculiar visão de mundo, sua própria leitura sobre como a escola ensina a história brasileira. Vejamos o excerto que segue.

*Os professores continuavam a história dizendo que, com o passar dos anos, **os indígenas** não acostumavam com o trabalho e [o] começaram a ser forçados a exercer uma função que não estava escrita em **seus** códigos sociais. Isso **lhes** valeu o rótulo de preguiçosos, incapazes, inúteis, entre outros títulos que **os** colocaram frontalmente contra os planos do colonizador de dominar e extrair as riquezas que havia nesta terra.*

Um aspecto a destacar, no trecho acima, a respeito da seleção lexical, é que o cronista não recategoriza o OD índio na mesma forma de operação que o saber colonizador faz (preguiçosos, incapazes...). Por meio da instauração de um novo OD – rótulo – Munduruku deixa explicitada a distinção entre sua visão de mundo e a visão operada pela dominação, explicitando não se tratar de uma retomada do OD índio, mas de uma outra voz que fala a respeito do índio.

Ademais, os rótulos exemplificados pelo cronista indigenista são retomados na forma do pronome que. Por meio da predicação, o pronome passa a apontar para os rótulos numa perspectiva recategorizadora: a despeito na nomeação pejorativa recebida pelos indígenas, aquelas eram práticas que serviram à resistência indígena.

Em outro trecho, há outras possibilidades de leitura do OD.

*A saída, diziam os livros, era trazer para esta terra levas e levas de homens e mulheres de outros lugares para fazer o trabalho que **os verdadeiros brasileiros** não queriam fazer. Aí começou o martírio da gente negra.*

Aqui, novamente o cotexto é responsável por marcar a visão colonialista a respeito dos povos indígenas; desta vez, materializada pelo sintagma nominal os livros: são os livros que ensinam essa visão de mundo que relaciona as ações colonizadoras a uma necessidade – a necessidade de mão de obra, neste caso, mesmo que isso custasse o preço da escravização a favor dos interesses do colonizador. Contudo, na especificidade da retomada do OD índio, o que se tem, na crônica de Munduruku é a representação dos indígenas como os verdadeiros brasileiros. Essa recategorização aponta para a desnaturalização dos povos originários como apagados na história agenciadora do Brasil e os coloca no lugar de

legitimidade – o que ajuda a construir, no plano global do texto, a noção de que os indígenas tinham direito à recusa daquilo que feria seus códigos sociais.

O avanço das reflexões do cronista, entrelaçadas à noção da saudade do seu próprio lugar é efetivado pela expressão nominal a minha gente, colocada, pelo cotexto, conjuntamente com a compreensão das saudades que esses nossos irmãos africanos/afro-brasileiros sentem de sua Terra Mãe.

Essa perspectiva de recategorização do OD índios segue atravessada pela construção da predicação, que aponta para noção específica sobre o pronome possessivo: o de pertença, de identificação e de empatia, mais do que o de posse. Essa recategorização do OD índio simboliza, no acionamento do entorno discursivo, as representações ideológicas materializadas na crônica, que se deslocam da visão colonialista reproduzida pelos professores e livros, conforme introduz-se na crônica, para a visão do sujeito cronista indígena, conforme o excerto que segue.

Estar longe de casa, da minha gente, da terra onde nasci me fez compreender a saga dos primeiros tempos e me despertou para a necessidade de cantar os cânticos da criação. Fez com que eu me lembrasse da teia que une todos os corações e todos os povos, na tentativa de manter nosso planeta equilibrado.

No excerto, o cronista realiza algumas retomadas, em nível gramatical, que compreendo propiciarem uma recategorização cognitiva, autorizada pelo cotexto discursivo. Por compreender que minha gente refere e recategoriza o objeto instaurado índio, e, por compreender que o projeto de dizer do autor está materializado na perspectiva da coletividade, os pronomes presentes no excerto podem receber, igualmente, valor ressignificado, ao serem acionados. Assim, 1) me, retoma um cronista subjetivo agora marcado pelo saudosismo e levado à reflexão e conclamação aos rituais de sua coletividade; 2) eu retoma um cronista subjetivo agora marcado pela ampliação da coletividade empreendida na perspectiva ideológica indígena, da relação de coesão entre todos os seres, incluindo, aqui, por inferência, uma relação de respeito com os não indígenas, mesmo os colonizadores, sem o que, o equilíbrio não ocorre; 3) nosso, retomado na forma ressignificada, não mais exclusiva às gentes indígenas ou africanas, mas ao todo do planeta, marcando, portanto, a representação do indígena pela integração e integralidade, concepção oposta àquela vista nos dois primeiros textos.

TRÊS CRÔNICAS, ALGUMAS REFLEXÕES...

Por seu aspecto subjetivo, uma crônica pode registrar diferentes visões de mundo a partir de um mesmo assunto. Contudo, selecionar diferentes crônicas a partir de uma abordagem temática possibilita observar, pela materialidade linguística, como se manifestam certas visões de mundo e, especialmente, como o modelo de contexto do cronista efetiva essa visão de mundo. Na especificidade das crônicas trabalhadas, interpretou-se, especificamente, que: 1) mesmo sendo considerada atemporal, uma crônica pode recategorizar um objeto de discurso, não apenas como fruto de engajamento político, mas também como fruto do contexto histórico em que vive o cronista; 2) mesmo que um cronista esteja marcado por um empreendimento social e autoral de resistência política, ele pode fazer circular visões preconceituosas e reforçar conceitos atrasados por meio da cristalização de saberes.

O recorte analítico ora empreendido corrobora a necessidade de conduzir os estudantes a conhecerem textos representativos que façam circular as vozes negras e indígenas, os sujeitos da Lei n.º 10.639/2003 e seus desdobramentos, que tornam obrigatória a inclusão de temas atinentes à sua história, mas também às suas culturas – que são culturas de resistência. Portanto, no contexto específico do trabalho com o gênero textual/discursivo crônica, soa relevante:

- a) considerar o lugar sociocognitivo do produtor/autor desses textos representativos, como forma de reconhecer certas produções de sentido pretendidas nesses textos que diferem e pluralizam as perspectivas de mundo, lidas, até então, exclusivamente pela ótica da homogenia;
- b) discutir os efeitos de sentidos gerados e negociados a partir de uma análise linguístico-co(n)textual, em empreendimento sempre dialógico e discursivo;
- c) buscar materiais alternativos/independentes para a desconstrução de narrativas que cristalizam o racismo estrutural no contexto brasileiro, na especificidade de cada lugar e subjetividade, para não se incorrer no equívoco de repetir univocidade;
- d) Mobilizar o desenvolvimento textual-discursivo do aluno - de forma contextualizada e significativa para ele, potencializando conhecimento enciclopédico pela perspectiva da abordagem crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, concentrei atenção em um recorte bastante específico das três crônicas estudadas: a ocorrência das recategorizações do OD índio. Reitero tratar-se de uma espécie de ensaio analítico, tendo em vista que para os estudos críticos de abordagem decolonial importa observar um dado fenômeno social em sua complexidade. Assim sendo, considero que este ensaio pode ser um primeiro apontamento para outros estudos que relacionem contextos mais abrangentes e aprofundados de análise, de modo a pensar categorias sociais pela perspectiva da Análise de Discurso Crítica, em abordagem decolonial, por exemplo.

No contexto específico deste artigo, o estudo serviu a uma sequência didática trabalhada com estudantes do ensino fundamental II, no município do Rio de Janeiro, como forma de conhecer o gênero textual crônica numa perspectiva antirracista – esta, feita, sempre na relação interseccional nas discussões empreendidas com os estudantes. Pensar a perspectiva decolonial no interior da teoria do texto tem sido, para mim, uma forma produtora e factível de realizar transdisciplinaridade, pois o ensino de língua portuguesa está previsto pela perspectiva da Linguística Textual, pela perspectiva da sociointeração, tanto nos documentos legais quanto nos paramétricos.

Como já amplamente debatido, a seleção lexical não retrata uma escolha neutra, tampouco aleatória: ela registra um projeto de dizer, marca um viés argumentativo e materializa representações ideológicas. Olhar, pois, para um texto na perspectiva dos gêneros textuais discursivos é mais do que praticar metodologia do ensino de linguagens: defendo que seja potencializar a desenvolvimento das práticas discursivas, estas, para decolonizar. Ademais, olhar para um texto na perspectiva da materialidade linguística, considerando a relação léxico-gramatical na constituição discursiva desse texto coopera para a comparação empreendida: as escolhas lexicais e a organização da léxico-gramática não são neutras, mas também refletem os saberes que a perspectiva pós-colonial tenta reforçar e cristalizar.

O que se tem, de perspectiva crítica nas práticas educacionais linguageiras é, ainda, bastante incipiente, tendo em vista as múltiplas agendas e o bojo mais tradicionalista que circunda o estudo da língua baseado na nomenclatura gramatical. Entretanto, compreendo que estamos caminhando, ainda pela via da resistência, mas, com a consciência da necessária via da reexistência. Relacionar, pois, essa necessária revalorização e as pautas indigenistas é, mais do que conhecer a voz

excluída dos saberes e dos discursos formais: é integrar valores que possibilitam essa reexistência, é educar para a alteridade, é conhecer saberes ancestrais, com representação ideológica de integralidade homem-natureza-homem mais do que necessária para a nossa existência. E isso é mais do que falar sobre eles: é fazer, penso, uma escuta atenta da perspectiva deles, até que sejamos todos, todas, todes, um!

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, F. Sua casinha é meu palácio: por uma concepção dialógica de referenciação. *Ling. (dis)curso (Impr.)*, v.10, n.1, 2010, p.207-226. <https://doi.org/10.1590/S1518-76322010000100010>

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. Construção da referência e estratégias de designação. Tradução (inédita) de Mônica Magalhães Cavalcante. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (org.). *Du syntagme nominale aux objets-de-discours*. Neuchâtsh: Université de Neuchâtsh, 1995. p. 227-271.

BRAGA, R. Os índios. Crônica. Disponível em Os índios | Crônicas | Portal da Crônica Brasileira (cronicabrasileira.org.br)

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 201,

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. *Revisitando o estatuto do texto*. *Revista do GELNE*, v. 2, 2010, p. 56-71.

_____; BRITO, M. A. P. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. In: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (Orgs.). *Estudos do discurso: caminhos e tendências*. São Paulo: Paulistana, 2016.

_____; SANTOS, L. W. Referenciação e marcas de conhecimento compartilhado. *Lingua(gem) em Discurso*, v. 12, n. 3, p. 657-681, 2012.

CIULLA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. Tese - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COUTINHO, A. *Introdução à Literatura no Brasil*. 19 ed. RJ, Bertrand, 2007.

CUSTÓDIO FILHO, V. *Reflexões sobre a recategorização referencial sem menção anafórica*. *Lingua(gem) em (Dis)curso (Online)*, v. 12, 2012, p. 839-858.

FAIRCLOUGH, 2003. *Analyzing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

GUIMARÃES, S. A. H. Periferias cariocas e sua geografia linguística: Aspectos da referenciação na diversidade da língua escrita – entre o ideal e o real. Tese (Doutorado), UERJ: Rio de Janeiro, 2018.

_____, S. A. H. Gêneros textuais/discursivos e a educação antirracista no contexto da Pandemia: Práticas e possibilidades em tempos de austeridade. Coletânea de monografias Prêmio Anísio Teixeira 2021 - O desafio do ensino remoto: Possibilidades pedagógicas que valem a pena contar! RJ: Anísio Teixeira, 2022

_____ A representação linguístico-discursiva do assassinato de líderes indígenas em diferentes notícias de jornal: Uma experiência analítica para a educação antirracista pelo viés da referenciação. Revista do FELIN, no prelo (2022).

_____ Do “uga uga” à canção de protesto ou: Do preconceito histórico à visibilidade social dos indígenas – Um estudo pelo viés da recategorização. Revista Diadorim, no prelo (2022).

HIRATA, F. S. W; LIMA, M. F. *Elementos da história em crônicas de Otto Lara Resende para a Folha de S. Paulo*. R. Dito Efeito, Curitiba, v. 11, n. 19, p. 58-70, jul./dez. 2020.

LIMA, S. M. C.; CAVALCANTE, M. M. *Revisitando os parâmetros do processo de recategorização*. *ReVel*, v. 13, n. 25, 2015, p. 295-315.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

_____, D. *Crônicas de São Paulo: Um olhar indígena*. Callis Editora, 2004.

PARDO, M. L. *Decolonização do conhecimento nos estudos críticos do discurso*. In: *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. RESENDE, V. M (Org.) Campinas, SP, Pontes Editores, 2019. p. 47-62.

PEREIRA, B. B. S. *A edição didática pelo prisma filológico: As crônicas de Rubem Braga em livros didáticos em língua portuguesa*. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2022. 202f.

RESENDE, V. *Estudos do Discurso: Relevância social, interseccionalidade, interdisciplinaridade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SANTOS, G. *Para que(m) estamos falando? Redes pragmáticas como reexistência em tempos pandêmicos*. *Estudos do Discurso: Relevância social, interseccionalidade, interdisciplinaridade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 11-28

THOMPSON, J. B. *O conceito de ideologia*. In.: Ideologia e cultura moderna. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

VAN DIJK, T. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. S.P: Contexto, 2012.

_____. T. *Discurso antirracista no Brasil: da Abolição às ações afirmativas*. São Paulo: Contexto, 2021.

_____. *O discurso do movimento negro unificado no Brasil*. In. RESENDE, V. M (Org.). Estudos do Discurso: Relevância social, interseccionalidade, interdisciplinaridade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 109-144.